

*Título original: LA CONQUÊTE DE L'AMERIQUE
LA QUESTION DE L'AUTRE
Copyright © by Éditions du Seuil, 1982
Copyright © Livraria Martins Fontes Editora Ltda.,
São Paulo, 1982, para a presente edição*

Biblioteca Central
Reg. n.º 139.986/97

Natal, 11/03/97

EUP. 044/97

Preço: R\$ 15,20=

caixa

Ratys Poinos

Rat. 97015225

1ª edição
dezembro de 1983
5ª tiragem
novembro de 1996

Tradução
Beatriz Perrone Moisés
Produção gráfica
Geraldo Alves
Composição
Ademilde L. da Silva



L139986

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Todorov, Tzvetan, 1939-

À conquista da América : a questão do outro / Tzvetan Todorov ; [tradução Beatriz Perrone Moisés]. - São Paulo : Martins Fontes, 1993.

Bibliografia.

ISBN 85-336-0167-0

1. América - Descobrimento e exploração 2. Índios - Primeiros contatos com a civilização ocidental 3. Índios - Tratamento recebido I. Título.

93-0702

CDD-970.01

Índices para catálogo sistemático:

1. América : Descobrimento e exploração : História 970.01

*Todos os direitos desta edição
reservados à Livraria Martins Fontes Editora Ltda.
Rua Conselheiro Ramalho, 330/340 01325-000
São Paulo-SP Brasil Telefone 239-3677*

Índice

I. Descobrir	
A descoberta da América	3
Colombo hermeneuta	15
Colombo e os índios.....	33
II. Conquistar	
As razões da vitória	51
Montezuma e os signos	61
Cortez e os signos.....	95
III. Amar	
Compreender, tomar e destruir.....	123
Igualdade ou desigualdade	143
Escravidão, colonialismo e comunicação.....	165
IV. Conhecer	
Tipologia das relações com outrem.....	183
Durán, ou a mestiçagem das culturas	199
A obra de Sahagún	217
Epílogo	
A profecia de Las Casas	241
<i>Notas bibliográficas</i>	251
<i>Índice das ilustrações</i>	257
<i>Referências</i>	259

A descoberta da América

Quero falar da descoberta que o *eu* faz do *outro*. O assunto é imenso. Mal acabamos de formulá-lo em linhas gerais já o vemos subdividir-se em categorias e direções múltiplas, infinitas. Pode-se descobrir os outros em si mesmo, e perceber que não se é uma substância homogênea, e radicalmente diferente de tudo o que não é si mesmo; eu é um outro. Mas cada um dos outros é um *eu* também, sujeito como eu. Somente meu ponto de vista, segundo o qual todos estão *lá* e eu estou só *aqui*, pode realmente separá-los e distingui-los de mim. Posso conceber os outros como uma abstração, como uma instância da configuração psíquica de todo indivíduo, como o Outro, outro ou outrem em relação a *mim*. Ou então como um grupo social concreto ao qual *nós* não pertencemos. Este grupo, por sua vez, pode estar contido numa sociedade: as mulheres para os homens, os ricos para os pobres, os loucos para os “normais”. Ou pode ser exterior a ela, uma outra sociedade que, dependendo do caso, será próxima ou longínqua: seres que em tudo se aproximam de nós, no plano cultural, moral e histórico, ou desconhecidos, estrangeiros cuja língua e costumes não compreendo, tão estrangeiros que chego a hesitar em reconhecer que pertencemos a uma mesma espécie. Escolhi esta problemática do outro exterior, de modo um pouco arbitrário, e porque não podemos falar de tudo ao mesmo tempo, para começar uma pesquisa que nunca poderá ser concluída.

Mas como falar disso? No tempo de Sócrates, o orador costumava perguntar ao auditório qual o seu modo de expressão, ou gênero preferido: o mito, isto é, a narração, ou a argumentação lógica? Na época do livro, a decisão não pode ser tomada pelo público. A escolha teve de ser feita para que o livro existisse. Temos de nos contentar em imaginar, ou desejar, um público que teria dado tal resposta, e não outra, e em escutar aquela sugerida ou imposta pelo próprio assunto. Escolhi contar uma história. Mais próxima do mito do que da argumentação, mas distinta em dois planos: em primeiro lugar, é uma história verdadeira (o que o mito *podia* mas não *devia* ser), e, em segundo lugar, meu interesse principal é mais o de um moralista do que o de um historiador. O presente me importa mais do que o passado. Não tenho outro meio de responder à pergunta de como se comportar em relação a outrem a não ser contando uma *história exemplar* (este é o gênero escolhido), uma história tão verdadeira quanto possível, mas tentando nunca perder de vista aquilo que os exegetas da Bíblia chamavam de sentido tropológico, ou moral. Neste livro se alternarão, um pouco como num romance, os resumos, ou visões de conjunto resumidas, as cenas, ou análises detalhadas recheadas de citações, pausas, onde o autor comenta o que acaba de acontecer, e, é claro, elipses, ou omissões frequentes. Não é esse o ponto de partida de toda história?

Entre os vários relatos que temos à disposição, escolhi um: o da descoberta e conquista da América. Por conveniência, estabeleci uma unidade de tempo — os cem anos que seguem a primeira viagem de Colombo, isto é, basicamente, o século XVI. Estabeleci também uma unidade de espaço — a região do Caribe e do México, chamada às vezes de Meso-América, e, finalmente, uma unidade de ação — a percepção que os espanhóis têm dos índios será meu único assunto, com uma única exceção, no caso de Montezuma e os seus.

Duas razões fundamentaram a escolha deste tema como primeiro passo no mundo da descoberta do outro. Em primeiro lugar, a descoberta da América, ou melhor, a dos americanos, é sem dúvida o encontro mais surpreendente de nossa história. Na “descoberta” dos outros continentes e dos outros homens não existe, realmente, este sentimento radical de estranheza. Os europeus nunca ignoraram totalmente a existência da África, ou da Índia, ou da China, sua lembrança esteve sempre presente, desde as origens. A Lua é mais longe do que a América, é verdade, mas hoje sabemos que aí não há encontro, que esta descoberta não guarda surpresas da mesma espécie. Para fotografar um ser vivo na Lua, é necessário que o cosmonauta se coloque diante da câmera, e em seu escafandro há um só reflexo:



Fig. 1 Barcos e castelos nas Índias ocidentais

o-de um outro terráqueo. No início do século XVI, os índios da América estão ali, bem presentes, mas deles nada se sabe, ainda que, como é de se esperar, sejam projetadas sobre os seres recentemente descobertos imagens e idéias relacionadas a outras populações distantes (cf. fig. 1). O encontro nunca mais atingirá tal intensidade, se é que esta é a palavra adequada. O século XVI veria perpetrar-se o maior genocídio da história da humanidade.

Mas não é unicamente por ser um encontro extremo, e exemplar, que a descoberta da América é essencial para nós, hoje. Além deste valor paradigmático, ela possui outro, de causalidade direta. A história do globo é, claro, feita de conquistas e derrotas, de colonizações e descobertas dos outros; mas, como tentarei mostrar, é a conquista da América que anuncia e funda nossa identidade presente. Apesar de toda data que permite separar duas épocas ser arbitrária, nenhuma é mais indicada para marcar o início da era moderna do que o ano de 1492, ano em que Colombo atravessa o Oceano Atlântico. Somos todos descendentes diretos de Colombo, é nele que começa nossa genealogia — se é que a palavra começo tem um sentido. Desde 1492 estamos, como disse Las Casas, “neste tempo tão novo e a nenhum outro igual” (*Historia de las Indias*, I, 88⁽¹⁾). A partir desta data, o mundo está fechado (apesar do universo tornar-se infinito). “O mundo é pequeno”, declarará peremptoriamente o próprio Colombo (*Carta Rarissima*, 7.7.1503 — uma imagem de Colombo transmite algo deste espírito, cf. fig. 2). Os homens descobriram a totalidade de que fazem parte. Até então, formavam uma parte sem todo. Este livro será uma tentativa de entender o que aconteceu neste dia, e durante o século seguinte, através da leitura de alguns textos cujos autores serão minhas personagens. Estes monologarão, como Colombo, dialogarão através de atos, como Cortez e Montezuma, ou através de enunciados eruditos, como Las Casas e Sepúlveda, ou ainda, como Durán e Sahagún, manterão um diálogo, menos evidente, com interlocutores índios.

Mas chega de preliminares, vamos aos fatos.

Podemos admirar a coragem de Colombo; aliás, isso já foi feito milhares de vezes. Vasco da Gama e Magalhães talvez tenham feito viagens mais difíceis, mas eles sabiam para onde iam. Apesar de toda a sua segurança, Colombo não podia ter certeza de que no fim do oceano não havia um abismo, e, conseqüentemente, a queda no vazio. Não podia ter certeza

(1) Referências abreviadas aparecem no texto; para as indicações completas, vide a *Nota Bibliográfica* no fim do livro. Os números entre parênteses, salvo indicação em contrário, referem-se aos capítulos, seções, partes, etc., e não às páginas.

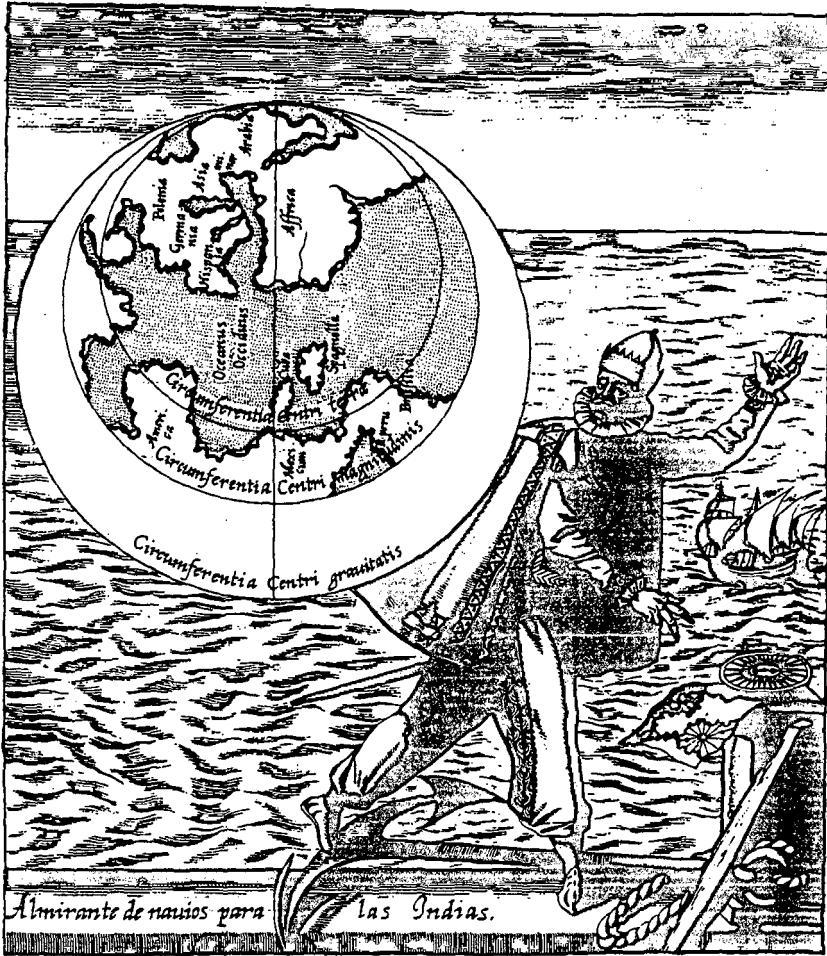


Fig. 2 Don Cristobal Colon

de que a viagem para o oeste não significava uma longa descida – estamos (3) no cume da Terra – e que não seria difícil demais subir de novo. Em resumo, não podia ter certeza de que o retorno era possível. A primeira pergunta nesta investigação genealógica será, portanto: o que o levou a partir? Como a coisa aconteceu?

Ao ler os escritos de Colombo (diários, cartas, relatórios), poderíamos ter a impressão de que seu motivo principal é o desejo de enriquecer (aqui, e em seguida, digo de Colombo o que poderia aplicar-se a outros; por ter sido, freqüentemente, o primeiro, deu o exemplo). O ouro, ou melhor, a procura deste (já que não se encontra quase nada no início), está omnipresente no decorrer da primeira viagem. No dia seguinte à descoberta, 13 de outubro de 1492, ele anota em seu diário: “Estava atento e tratava de saber se havia ouro”. E volta a isso constantemente: “Não quero parar, para ir mais longe, visitar muitas ilhas e descobrir ouro” (1.11.1492); “O almirante ordenou-lhes que não lhes tomassem nada, para que eles compreendessem que ele só procurava ouro” (1.11.1492). Até a sua oração tinha-se transformado: “Que Nosso Senhor me ajude, em Sua misericórdia, a descobrir este ouro. . .” (23.12.1492). E, num relatório posterior (*Relatório para Antonio de Torres*, 30.1.1494), ele se refere, laconicamente, a “nossa atividade, que é coletar ouro”. Seu percurso é traçado a partir dos indícios de existência de ouro que ele pensa encontrar. “Decidi ir para o sudoeste procurar o ouro e as pedras preciosas” (*Diário*, 13.10.1492). “Ele desejava ir à ilha chamada Babeca, onde, pelo que tinha escutado, sabia que havia muito ouro” (13.11.1492). “O almirante acreditava que estava muito próximo da fonte do ouro, e que Nosso Senhor lhe mostraria onde ele nasce” (17.12.1492 – nessa época, o ouro “nasce”). Deste modo, Colombo vaga, de ilha em ilha, e é bem possível que os índios tenham encontrado aí um meio de se livrar dele. “No despontar do dia, ele içou as velas para seguir seu caminho à procura das ilhas que os índios diziam conter muito ouro, algumas mais ouro do que terra” (22.12.1492). . .

Será que foi mera ambição o que levou Colombo a viajar? Basta ler todos os seus escritos para ficar convencido de que não é nada disso. Colombo simplesmente sabe a capacidade atrativa que podem ter as riquezas, e especialmente o ouro. É com a promessa de ouro que ele acalma os outros em momentos difíceis. “Neste dia, eles perderam completamente de vista a terra. Temendo não tornar a vê-la por muito tempo, muito suspiravam e choravam. O almirante reconfortou a todos com grandes promessas de muitas terras e riquezas; para que eles conservassem a esperança e perdessem o medo que tinham de um caminho tão longo.” (F. Colombo, 18)

“Aqui os homens já não agüentavam mais. Reclamavam do comprimento da viagem. Mas o Almirante consolou-os do melhor modo possível dando-lhes grandes esperanças do lucro que eles poderiam ter” (*Diário*, 10.10.1492).

Os marinheiros não são os únicos que esperam enriquecer. Os próprios mandatários da expedição, os Reis de Espanha, não se teriam envolvido na empresa se não fosse a promessa de lucro. Portanto, no diário que Colombo escreve, a eles destinado, é preciso multiplicar a cada página os indícios da presença de ouro (na falta do próprio ouro). Na terceira viagem, lembrando a organização da primeira, ele diz explicitamente que o ouro era uma espécie de chamariz, para que os reis aceitassem financiá-la: “Foi também necessário falar do temporal, e por isso lhes mostramos os escritos de tantos estudiosos dignos de fé que trataram da história, que contavam que nessas regiões havia imensas riquezas” (*Carta aos Reis*, 31.8.1498). Em outra ocasião, ele diz ter acumulado e conservado o ouro “para que Suas Altezas disso se alegrem e que nessas condições Elas possam compreender, diante de tal quantidade de pedras de ouro maciço, a importância da empresa” (*Carta à Ama-de-Leite*, novembro de 1500). Aliás, Colombo tem razão quando imagina a importância disso: sua desgraça não se deve, ao menos em parte, ao fato de não ter havido mais ouro nessas ilhas? “Dai nasceram as maledicências e os desprezos da empresa assim iniciada, porque eu não tinha enviado imediatamente navios carregados de ouro” (*Carta aos Reis*, 31.8.1498)

Sabe-se que uma longa discussão oporá Colombo aos reis (e depois será instruído um processo entre os herdeiros de ambos), que se refere justamente ao total dos lucros que o Almirante estaria autorizado a retirar das “Índias”. Apesar de tudo isso, a ambição não é realmente a força motriz da ação de Colombo. Importa-se com a riqueza porque ela significa o reconhecimento de seu papel de descobridor, mas teria preferido o rústico hábito de monge. O ouro é um valor humano demais para interessar a Colombo, e devemos acreditar nisso quando ele escreve no diário da terceira viagem: “Nosso Senhor bem sabe que eu não suporto todas estas penas para acumular tesouros nem para descobri-los para mim; pois, quanto a mim, bem sei que tudo o que se faz neste mundo é vão, se não tiver sido feito para a honra e o serviço de Deus” (Las Casas, *Historia*, I, 146). E no fim de seu relato da quarta viagem: “Não fiz esta viagem para nela obter ouro e fortuna; é a verdade, pois disso toda esperança já estava morta. Vim até Vossas Altezas com uma intenção pura e um grande zelo, e não minto” (“*Carta Rarissima*”, 7.7.1503).

Qual é essa intenção pura? Colombo formula-a freqüentemente no diário da primeira viagem: ele queria encontrar o Grande Can, ou imperador da China, cujo retrato inesquecível tinha sido deixado por Marco Polo. “Estou determinado a ir à terra firme e à cidade de Quisay entregar as cartas de Vossas Altezas ao Grande Can, pedir-lhe resposta e retornar com ela” (21.10.1492). Este objetivo é em seguida ligeiramente afastado, já que as descobertas, por si só, já lhe dão bastante trabalho, mas não é jamais esquecido. Mas por que esta obsessão, que parece quase pueril? Porque, ainda de acordo com Marco Polo, “há muito tempo o imperador de Catai pediu sábios para instruí-lo na fé de Cristo” (“Carta Rarissima”, 7.7.1503), e Colombo quer fazer com que ele possa realizar este desejo. A expansão do cristianismo é muito mais importante para Colombo do que o ouro, e ele se explicou sobre isso, principalmente numa carta destinada ao papa. Sua próxima viagem será “para a glória da Santíssima Trindade e da santa religião cristã”, e para isso ele “espera a vitória do Eterno Deus, como ela sempre me foi dada no passado”; o que ele faz é “grandioso e exaltante para a glória e o crescimento da santa fé cristã”. Portanto, seu objetivo é: “Espero em Nosso Senhor poder propagar seu santo nome e seu Evangelho no universo” (“Carta ao Papa Alexandre VI”, fevereiro de 1502).

A vitória universal do cristianismo é o que anima Colombo, homem profundamente piedoso (nunca viaja aos domingos) que, justamente por isso, considera-se eleito, encarregado de uma missão divina, e que vê por toda parte a intervenção divina, seja no movimento das ondas ou no naufrágio de seu barco (numa noite de Natal!): “Por numerosos e notáveis milagres Deus se revelou no decorrer desta navegação” (“Diário”, 15.3.1493).

Além disso, a necessidade de dinheiro e o desejo de impor o verdadeiro Deus não se excluem. Os dois estão até unidos por uma relação de subordinação: um é meio, e o outro, fim. Na verdade, Colombo tem um projeto mais preciso do que a exaltação do Evangelho no universo, e tanto a existência quanto a permanência deste projeto revelam sua mentalidade. Qual um Dom Quixote atrasado de vários séculos em relação a seu tempo, Colombo queria partir em cruzada e liberar Jerusalém! Só que a idéia é extravagante em sua época e como, por outro lado, não há dinheiro, ninguém quer escutá-lo. Como um homem desprovido e que gostaria de lançar uma cruzada podia realizar seu sonho, no século XV? É tão simples quanto o ovo de Colombo: basta descobrir a América e conseguir nela os fundos... Ou melhor, ir à China pela via ocidental “Direta”, já que Marco Polo e outros escritores medievais garantiram que grande quantidade de ouro “nasce” lá.

A realidade deste projeto está amplamente comprovada. No dia 26 de dezembro de 1492, durante a primeira viagem, ele revela em seu diário que espera encontrar ouro, e “em quantidade suficiente para que os Reis possam, em menos de três anos, preparar e empreender a conquista da Terra Santa. Foi assim” continua ele, “que manifestei a Vossas Altezas o desejo de ver os benefícios de minha atual empresa consagrados à conquista de Jerusalém, o que fez Vossas Altezas sorrirem, dizendo que isto lhes agradava, e que mesmo sem este benefício este era o seu desejo”. Mais tarde, ele relembra este episódio: “No momento em que tomei as providências para ir descobrir as Índias, era na intenção de suplicar ao Rei e à Rainha, nossos senhores, que eles se decidissem a gastar a renda que poderiam obter das Índias na conquista de Jerusalém; e foi de fato o que eu lhes pedi” (“Instituição de Morgado”, 22.2.1498). Era pois esse o projeto que Colombo tinha apresentado à corte real, procurando obter o auxílio de que precisava para a primeira expedição. Quanto a Suas Altezas, não levavam isso muito a sério, e deviam reservar-se o direito de empregar o lucro do empreendimento, se lucro houvesse, com outras finalidades.

Mas Colombo não esquece seu projeto, e este reaparece numa carta ao papa: “Esta empresa foi feita no intuito de empregar o que dela se obtivesse na devolução da Terra Santa à Santa Igreja. Depois de ali ter estado e visto a terra, escrevi ao Rei e à Rainha, meus senhores, dizendo-lhes que dentro de sete anos disporia de cinqüenta mil homens a pé e cinco mil cavaleiros, para a conquista da Terra Santa e, durante os cinco anos seguintes, mais cinqüenta mil pedestres e outros cinco mil cavaleiros, o que totalizaria dez mil cavaleiros e cem mil pedestres para a dita conquista” (fevereiro de 1502). Colombo nem desconfia que a conquista acontecerá, mas numa direção completamente diferente, muito perto das terras que ele descobriu, e com muito menos guerreiros, aliás. Seu apelo não provoca, portanto, muitas reações: “A outra ilustre empresa chama, de braços abertos; até o presente momento, todos lhe são indiferentes” (“Carta Rarissima”, 7.7.1503). Por isso, querendo afirmar sua intenção mesmo após sua própria morte, ele institui um morgado e dá instruções a seu filho (ou a seus herdeiros): juntar o máximo de dinheiro possível para, no caso de os Reis renunciarem ao projeto, poder “ir até lá só e tão poderoso quanto lhe for possível” (22.2.1498).

Las Casas deixou uma imagem célebre de Colombo, onde situa bem sua obsessão pelas cruzadas no contexto de sua profunda religiosidade: “Quando lhe traziam ouro, ou objetos preciosos, ele entrava em seu oratório, ajoelhava-se como as circunstâncias exigiam, e dizia: ‘Agradecemos a

Nosso Senhor que nos tornou dignos de descobrir tantos bens'. Era o guardião mais zeloso da honra divina; ávido e desejoso de converter as pessoas, e de ver por toda parte semeada e propagada a fé de Jesus Cristo; e particularmente dedicado para que Deus o tornasse digno de contribuir de algum modo para o resgate do Santo Sepulcro; e com esta devoção e certeza de que Deus o guiaria na descoberta deste mundo que ele prometia, tinha suplicado à Sereníssima Rainha Dona Isabel que lhe promettesse consagrar todas as riquezas que os Reis podiam obter de sua descoberta ao resgate da terra e da Santa Casa de Jerusalém, o que a Rainha fez. . ." (*Historia*, I, 2).

Não só os contatos com Deus interessam muito mais a Colombo do que os assuntos puramente humanos, como também sua forma de religiosidade é particularmente arcaica (para a época). Não é por acaso que o projeto das cruzadas tinha sido abandonado desde a Idade Média. Paradoxalmente, é um traço da mentalidade medieval de Colombo que faz com que ele descubra a América e inaugure a era moderna. (Devo admitir, e até declarar, que o uso que faço dos adjetivos "medieval" e "moderno" não é nada preciso. No entanto, são indispensáveis. Que sejam inicialmente entendidos em seu sentido mais corrente, até que eles adquiram, no decorrer das páginas seguintes, um conteúdo mais particular.) Porém, como veremos, o próprio Colombo não é um homem moderno, e este fato é pertinente no desenrolar da descoberta, como se aquele que faria nascer um mundo novo já não pudesse mais fazer parte dele.

Há traços de mentalidade em Colombo, entretanto, que estão mais próximos de nós. Por um lado, ele submete tudo a um ideal exterior e absoluto (a religião cristã), e todas as coisas terrestres não passam de meios em vista da realização deste ideal. Mas, por outro lado, ele parece encontrar na descoberta da natureza, atividade à qual ele se adapta melhor, um prazer que faz com que essa atividade se baste. Ela já não tem a mínima utilidade, e o meio torna-se fim. Assim como, para o homem moderno, uma coisa, uma ação ou um ser são belos apenas quando justificam-se por si mesmos, para Colombo, "descobrir" é uma ação intransitiva. "O que quero é ver e descobrir o máximo que puder", ele escreve a 19 de outubro de 1492. E a 31 de dezembro de 1492: "Ele diz ainda que não teria desejado partir antes de ter visto toda aquela terra que se estende em direção a leste e tê-la percorrido toda por sua costa". Basta mencionar a existência de uma nova ilha para que ele seja tomado da vontade de visitá-la. No diário da terceira viagem, encontram-se estas frases: "Ele diz estar pronto a abandonar tudo para descobrir outras terras e ver seus segredos" (*Las Casas, Historia*, I, 136). "O que ele mais queria, pelo que diz, era descobrir mais" (*ibid.*, I,

146). Noutra ocasião, ele se pergunta: “Quanto lucro daqui se pode tirar, não escrevo. Certo é, Senhores Príncipes, que onde há tais terras deve haver também uma infinidade de coisas lucrativas. Mas não me detenho em nenhum porto, porque quero ver todas as outras terras que puder, para relatá-lo a Vossas Altezas” (“Diário”, 27.11.1492). Os lucros que ali “deve” haver têm apenas um interesse secundário para Colombo. O que conta, são as “terras”, e sua descoberta. Esta, na verdade, parece estar subordinada a um objetivo, que é o relato de viagem. Dir-se-ia que Colombo fez tudo para poder escrever relatos inauditos, como Ulisses. Ora, o relato de viagem não é, em si mesmo, o ponto de partida, e não somente o ponto de chegada, de uma nova viagem? O próprio Colombo não tinha partido porque tinha lido o relato de Marco Polo?

lombo se comporta de maneira diferente segundo se dirige a (ou se dirigem a ele) a natureza, Deus e os homeris. Voltando ao exemplo da terra firme, se Colombo tem razão, é unicamente em função do primeiro argumento (e podemos ver, em seu diário, que este só toma forma aos poucos, no contato com a realidade). Observando que a água é doce longe no mar, ele deduz, de modo clarividente, a potência do rio, e daí a distância por ele percorrida, de modo que se trata de um continente. Por outro lado, é bem provável que ele não tenha entendido nada do que diziam os “índios canibais”. Anteriormente, na mesma viagem, ele relatava suas entrevistas assim: “Ele (Colombo) diz ter certeza de que é uma ilha, pois é o que diziam os índios”, e Las Casas comenta: “Parece, pois, que ele não os compreendia” (*Historia*, I, 135). Quanto a Deus. . .

Efetivamente, não podemos pôr no mesmo plano estas três esferas, como devia acontecer com Colombo. Para nós, existem apenas dois intercâmbios reais: com a natureza e com os homens. A relação com Deus não implica a comunicação, embora possa influenciar, e até predeterminar toda forma de comunicação. Este é justamente o caso de Colombo: há, sem dúvida, relação entre a forma de sua fé em Deus e a estratégia de suas interpretações.

Quando dizemos que Colombo tem fé, o objeto é menos importante do que a ação: sua fé é cristã, mas tem-se a impressão que, se fosse muçulmana, ou judaica, ele teria agido do mesmo modo. O importante é a força da crença em si. “São Pedro saltou sobre o mar e caminhou sobre as águas enquanto sua fé o sustentou. Aquele que tiver a fé do tamanho de um grão de joio será obedecido pelas montanhas. Que aquele que tem fé peça, pois tudo lhe será dado. Batei, e se abrirá”, ele escreve no prefácio de seu *Livro das Profecias* (1501). Além disso, Colombo não acredita unicamente no dogma cristão: acredita também (e não é o único na época) em ciclopes e sereias, em amazonas e homens com caudas, e sua crença, tão forte quanto a de São Pedro, permite que ele os encontre. “Ele entendeu ainda que, mais além, havia homens com um só olho e outros com focinho de cão” (“Diário”, 4.11.1492). “O Almirante diz que na véspera, a caminho do rio do Ouro, viu três sereias que saltaram alto, fora do mar. Mas elas não eram tão belas quanto se diz, embora de um certo modo tivessem forma humana de rosto” (9.1.1493). “Estas mulheres não se dedicam a nenhum exercício feminino, e sim aos do arco e da flecha, fabricadas, como é dito acima, de caniço, e elas se armam e se cobrem de lâminas de cobre que têm em abundância” (“Carta a Santangel”, fevereiro-março de 1493). “Restam em dire-

ção ao poente duas províncias, que não percorri, das quais uma, que eles chamam de Avan, onde as pessoas nascem com uma cauda” (*ibid.*).

A crença mais surpreendente de Colombo é de origem cristã: refere-se ao Paraíso terrestre. Ele leu no *Imago Mundo* de Pierre d’Ailly que o Paraíso terrestre devia estar localizado numa região temperada além do equador. Não encontra nada durante sua primeira visita ao Caribe, surpreendentemente; porém, de volta aos Açores, declara: “O Paraíso terrestre está no fim do Oriente, pois essa é uma região temperada ao extremo. E aquelas terras que ele acabava de descobrir são, segundo ele, o fim do Oriente” (21.2.1493). O tema transformou-se em obsessão durante a terceira viagem, quando Colombo chega mais perto do equador. Inicialmente, ele crê perceber uma irregularidade na forma redonda da terra: “Descobri que o mundo não era redondo da maneira como é descrito, mas da forma de uma pêra que seria toda bem redonda, exceto no local onde se encontra a haste, que é o ponto mais elevado; ou então como uma bola bem redonda, sobre a qual, em um certo ponto, estaria algo como uma teta de mulher, e a parte deste mamilo fosse a mais elevada e a mais próxima do céu, e situada sob a linha equinocial neste mar Oceano, no fim do Oriente” (“Carta aos Reis”, 31.8.1498).

Esta elevação (um mamilo sobre uma pêra!) será um argumento a mais para afirmar que o Paraíso terrestre está ali. “Estou convencido de que aqui é o Paraíso terrestre, onde ninguém pode chegar se não for pela vontade divina. (...) Não concebo que o Paraíso terrestre tenha a forma de uma montanha abrupta, como mostram os escritos a esse respeito, e sim que está sobre este pico, no ponto de que falei, que figura a haste da pêra, onde subimos, pouco a pouco, por uma inclinação tomada de muito longe” (*ibid.*).

Podemos observar aqui como as crenças de Colombo influenciam suas interpretações. Ele não se preocupa em entender melhor as palavras dos que se dirigem a ele, pois já sabe que encontrará ciclopes, homens com cauda e Amazonas. Ele vê que as “sereias” não são, como se disse, belas mulheres; no entanto, em vez de concluir pela inexistência das sereias, troca um preconceito por outro e corrige: as sereias não são tão belas quanto se pensa. Durante a terceira viagem, num certo momento, Colombo se pergunta sobre a origem das pérolas que os índios às vezes lhe trazem. A coisa acontece na sua frente, mas o que ele relata em seu diário é a explicação de Plínio, tirada de um livro: “Próximo ao mar havia inumeráveis ostras presas aos galhos das árvores que cresciam no mar, com a boca

aberta para receber o orvalho que cai das folhas, esperando que caísse uma gota para dar origem às pérolas, como diz Plínio; e cita o dicionário intitulado *Catholicon*”-(Las Casas, *Historia*, I, 137). E o mesmo em relação ao Paraíso terrestre: o signo que constitui a água doce (portanto, grande rio, e, portanto, montanha) é interpretado, após uma breve hesitação, “conforme a opinião dos ditos santos e sábios teólogos” (*ibid.*). “Tenho em minha alma por muito certo que lá onde eu disse se encontra o Paraíso terrestre, e me baseio para isso nas razões e autoridades ditas acima” (*ibid.*). Colombo pratica uma estratégia “finalista” da interpretação, como os Pais da Igreja interpretavam a Bíblia: o sentido final é dado imediatamente (é a doutrina cristã), procura-se o caminho que une o sentido inicial (a significação aparente das palavras do texto bíblico) a este sentido último. Colombo não tem nada de um empirista moderno: o argumento decisivo é o argumento de autoridade, não o de experiência. Ele sabe de antemão o que vai encontrar; a experiência concreta está aí para ilustrar uma verdade que se possui; não para ser investigada, de acordo com regras pré-estabelecidas, em vista de uma procura da verdade.

Apesar de sempre ser finalista, Colombo, como vimos, era mais perspicaz quando observava a natureza do que quando tentava compreender os indígenas. Seu comportamento hermenêutico não é exatamente o mesmo aqui e ali, como poderemos ver em detalhe.

“Desde a mais tenra infância vivi a vida dos marinheiros, e o faço até hoje. Este ofício leva aqueles que o abraçam a querer conhecer os segredos deste mundo”, escreve Colombo no início do *Livro das Profecias* (1501). Insistiremos aqui na palavra *mundo* (em oposição a “homens”): aquele que se identifica à profissão de marinheiro relaciona-se mais com a natureza do que com seus próximos; e em seu espírito a natureza tem certamente mais afinidade com Deus do que os homens: ele escreve, rapidamente, na margem da *Geografia* de Ptolomeu: “Admiráveis são os impulsos tumultuosos do mar. Admirável é Deus nas profundezas”. Os escritos de Colombo, e particularmente o diário da primeira viagem, revelam uma atenção constante a todos os fenômenos naturais. Peixes e pássaros, plantas e animais são as principais personagens das aventuras que conta; deixou-nos descrições detalhadas. “Eles pescaram com redes e pegaram um peixe, entre muitos outros, que se parecia realmente com um porco, não como o atum, mas, diz o Almirante, que era todo escamado, muito duro, e não tinha nele nada de mole exceto a cauda, os olhos e um orifício por baixo para expulsar os excrementos. Ele ordenou que fosse salgado para que os Reis o vissem” (16.11.1492). “Vieram ao navio mais de quarenta pardais juntos e

dois albatrozes, e num deles deu uma pedrada um moço da caravela. Veio à nau uma fragata, e também um pássaro branco semelhante a uma gaiivota” (4.10.1492). “Vi muitas árvores diferentes das nossas, e várias delas tinham ramos de tipos diferentes saindo de um mesmo tronco — um ramo era de um tipo, e o outro de outro —, tão estranhos por sua diversidade que era certamente a coisa mais maravilhosa do mundo. Por exemplo, um ramo tinha folhas como as da cana e outras como as do lentisco, e assim numa só árvore havia folhas de cinco ou seis tipos e todas diferentes” (16.10.1492). Durante a terceira viagem, ele faz escala nas ilhas do Cabo Verde, que na época serviam aos portugueses como lugar de deportação para todos os leprosos do reino. Supõe-se então que eles poderão curar-se comendo tartarugas e lavando-se com seu sangue. Colombo não presta a mínima atenção aos leprosos e a seus costumes singulares; mas inicia imediatamente uma longa descrição dos hábitos das tartarugas. Ao naturalista amador junta-se o etólogo experimentador, na célebre cena do combate entre um peçari e um macaco, descrita por Colombo num momento em que sua situação é quase trágica e não se poderia esperar que ele se concentrasse na observação da natureza: “Há inúmeros animais, pequenos e grandes, e muito diferentes dos nossos. Deram-me de presente dois porcos que um cão irlandês não ousava enfrentar. Um arpoador tinha ferido um animal semelhante a um macaco, porém muito maior e com uma face de homem; lhe tinha atravessado o corpo com uma flecha, do peito até a cauda e, como ele estava furioso, tinha tido de cortar-lhe um braço e uma perna. O porco, assim que o viu, ficou eriçado e se pôs a fugir. Eu, ao ver isso, mandei lançar o *begare*, como é chamado neste lugar, contra o outro, e quanto ficou sobre ele, ainda que estivesse à morte e ainda tivesse a flecha no corpo, lançou a cauda em volta do focinho do porco e a manteve assim, com força, enquanto, com a mão que lhe restava, agarrava-o pela nuca, como um inimigo. A grande novidade desta cena e a beleza deste combate de caça levaram-me a escrever isto” (“Carta Rarissima”, 7.7.1503).

Atento aos animais e às plantas, Colombo o é ainda mais a tudo que se refere à navegação, ainda que esta atenção esteja mais ligada ao senso prático do marinheiro do que à observação científica rigorosa. Concluindo o prefácio de seu primeiro diário, dirige a si mesmo esta injunção: “E, sobretudo, é muito importante que eu esqueça o sono e seja um navegador muito vigilante, porque assim deve ser; o que exigirá grande esforço”, e podemos dizer que ele obedece à risca: nenhum dia sem anotações referentes às estrelas, aos ventos, à profundidade do mar, ao relevo da costa; os princípios teológicos não intervêm aqui. Quando Pinzón, comandante do

segundo navio, desaparece à procura de ouro, Colombo passa o tempo fazendo levantamentos geográficos: “Esta noite toda estive na corda, como dizem os marinheiros, que é andar barlaventeando e não andar nada, para ver uma angra, que é uma abertura entre as montanhas, que começou a ver ao pôr do sol, onde se mostravam duas montanhas enormes (“Diário”, 13.11.1492).

O resultado desta observação vigilante é que Colombo consegue, em matéria de navegação, verdadeiras façanhas (apesar do naufrágio de sua nave): sempre sabe escolher os melhores ventos e as melhores velas; inaugura a navegação pelas estrelas e descobre a declinação magnética. Um de seus companheiros da segunda viagem, que não procura ser lisonjeiro, escreve: “Durante as navegações, bastava-lhe olhar uma nuvem, ou, à noite, uma estrela, para saber o que ia acontecer e se haveria mau tempo.” Em outras palavras, sabe interpretar os sinais da natureza em função de seus interesses. Aliás, a única comunicação realmente eficaz que ele estabelece com os indígenas baseia-se em sua ciência das estrelas: é quando, numa solenidade digna de Tintin, se aproveita do fato de conhecer a data de um eclipse iminente da Lua; encalhado na costa jamaicana há oito meses, não consegue mais convencer os índios a trazer mantimentos gratuitamente; então, ameaça roubar-lhes a Lua, e na noite de 29 de fevereiro de 1504 começa a cumprir a ameaça, diante dos olhos assustados dos caciques. . . O sucesso é imediato.

Mas duas personagens coexistem em Colombo (para nós), e quando o ofício de navegador não está mais em jogo, a estratégia finalista torna-se preponderante em seu sistema de interpretação: não se trata mais de procurar a verdade, e sim de procurar confirmações para uma verdade conhecida de antemão (ou, como se diz, tomar desejos por realidade). Por exemplo, durante toda a primeira travessia (Colombo leva mais de um mês para ir das Canárias a Guanaani, a primeira ilha do Caribe que encontra), ele procura indícios de terra. E, evidentemente, encontra tais indícios, logo, uma semana após sua partida: “Começamos a ver numerosos tufo de ervas muito verdes que pareciam, segundo o Almirante, ter-se desligado da terra há pouco tempo” (17.9.1492). “Do lado do norte apareceu uma grande obscuridade, o que significa que ela cobre a terra” (18.9.1492). “Houve algumas ondas sem vento, o que é sinal evidente de proximidade da terra” (19.9.1492). “Vieram à nau capitânea dois albatrozes, e depois outro; o que foi um sinal de estar próximo da terra” (20.9.1492). “Viram uma baleia, sinal de que estavam perto da terra, pois elas andam sempre perto da costa” (21.9.1492). Todos os dias Colombo vê “sinais”, e, no entanto, sa-

bemos hoje que os sinais mentiam (ou que não havia sinais), já que a terra só foi atingida no dia 12 de outubro, ou seja, mais de vinte dias depois!

No mar, todos os sinais indicam a proximidade da terra, já que Colombo assim o deseja. Em terra, todos os sinais revelam a presença de ouro: aqui também, sua convicção já estava formada há muito tempo. “Ele diz ainda que achava que havia imensas riquezas, pedras preciosas e especiarias” (14.11.1492). “O Almirante presumia que ali havia bons rios e muito ouro” (11.1.1493). Às vezes, a afirmação desta convicção mistura-se, ingenuamente, com uma confissão de ignorância: “Creio que há muitas ervas e muitas árvores bastante apreciadas na Espanha para as tinturas, e como medicamentos e especiarias; mas não as conheço, o que me deixa deveras desgostoso” (19.10.1492). “Há também árvores de mil espécies, todas com frutos diferentes e todos tão perfumados que é uma maravilha, e estou profundamente desgostoso por não conhecê-las, pois estou certo de que têm todas muito valor” (21.10.1492). Durante a terceira viagem, ele mantém o mesmo esquema de pensamento: acha que as terras são ricas, pois deseja ardentemente que o sejam; sua convicção é sempre anterior à experiência. “E ele ansiava em penetrar os segredos destas terras, pois achava impossível que elas não contivessem coisas de valor” (Las Casas, *Historia*, I, 136).

Quais são os “sinais” que lhe permitem confirmar suas convicções? Qual é o procedimento de Colombo hermeneuta? Um rio lhe faz lembrar o Tejo. “Ele lembrou-se então que na embocadura do Tejo, próximo ao mar, encontra-se ouro, e pareceu-lhe certo que devia haver dele aqui” (“Diário”, 25.11.1492): não só uma vaga analogia deste gênero não prova nada, como também o próprio ponto de partida é falso: no Tejo não há ouro. Ou ainda: “O Almirante diz que onde há cera deve haver milhares de outras boas coisas” (29.11.1492): esta inferência nem se compara ao célebre “onde há fumaça há fogo”; e o mesmo serve para outra, onde a beleza da ilha leva Colombo a concluir suas riquezas.

Um de seus correspondentes, Mosén Jaume Ferrer, havia escrito em 1495: “A maioria das coisas boas vem das regiões muito quentes, cujos habitantes são negros, ou papagaios. . .” Os negros e os papagaios são portanto considerados como sinais (provas) de calor, e este último como sinal de riqueza. Deveria surpreender-nos, então, o fato de Colombo nunca deixar de registrar a abundância de papagaios, o negrume da pele e a intensidade do calor? “Os índios que subiam à nave tinham entendido que o Almirante desejava ter algum papagaio” (13.12.1492): agora sabemos por quê! Durante a terceira viagem, ele vai mais para o sul: “Aí, as gentes são extremamente negras. E quando daí naveguei em direção ao Ocidente, o

calor era extremo” (“Carta aos Reis”, 31.8.1498). Mas o calor é bem-vindo: “Do calor que, diz o Almirante, eles suportaram nesse lugar, ele deduziu que, nessas Índias e por onde iam, devia haver muito ouro” (“Diário”, 20.11.1492). Las Casas faz uma observação justa sobre um outro exemplo semelhante: “É uma maravilha ver como, quando um homem deseja muito algo e se agarra firmemente a isso em sua imaginação, tem a impressão, a todo momento, de que tudo aquilo que ouve e vê testemunha a favor dessa coisa” (*Historia*, I, 44).

A procura da localização da terra firme (o continente) constitui um outro exemplo espantoso deste comportamento. Desde a primeira viagem, Colombo registra em seu diário a informação pertinente: “Esta ilha Hispaniola (Haiti) e a outra ilha, Yamaye (Jamaica), estão a somente dez dias de canoa da terra firme, o que pode significar de sessenta a setenta léguas, e lá as gentes se vestem” (6.1.1493). Ele tem, porém, suas convicções, ou seja, que a ilha de Cuba é uma parte do continente (da Ásia), e decide eliminar qualquer informação que tenda a provar o contrário. Os índios encontrados por Colombo diziam que essa terra (Cuba) era uma ilha; já que a informação não lhe convinha, ele recusava a qualidade de seus informantes. “E como são homens bestiais e que pensam que o mundo inteiro é uma ilha, e que nem sabem o que é um continente, e não possuem nem cartas nem documentos antigos, e só encontram prazer em comer e estar com as mulheres, disseram que era uma ilha. . .” (Bernaldez, transcrevendo o diário da segunda viagem). É possível nos perguntarmos em que, exatamente, o amor pelas mulheres invalida a afirmação de que o país é uma ilha. De qualquer modo, no final desta segunda expedição, assistimos a uma cena célebre e grotesca, onde Colombo se recusa definitivamente a verificar pela experiência se Cuba é uma ilha, e decide aplicar o argumento de autoridade em relação a seus companheiros: todos descem à terra, e cada um pronuncia um juramento afirmando que “não tinha dúvida alguma de que fosse terra firme e não uma ilha, e que antes de muitas léguas, navegando pela dita costa, encontrariam um país de gente educada e conhecedora do mundo. (. . .) Sob pena de dez mil maravedis (moeda espanhola) para quem dissesse depois o contrário do que agora dizia, e a cada vez, em qualquer tempo; sob pena também de ter a língua cortada, e, para os grumetes e gentes desta espécie, que nesse caso lhes sejam dadas cem chicotadas e que se lhes corte a língua” (“Juramento sobre Cuba”, junho de 1494). Estranho juramento esse, em que juram que encontrarão gente civilizada!

A interpretação dos sinais praticada por Colombo é determinada pelo resultado ao qual ele deve chegar. Até sua façanha, a descoberta da

América, relaciona-se ao mesmo comportamento: ele não a descobre, encontra-a onde “sabia” que estaria (onde ele pensava estar a costa ocidental da Ásia). “Ele sempre tinha achado, no fundo de seu coração”, relata Las Casas, “quaisquer que fossem as razões dessa opinião (eram a leitura de Toscanelli e das profecias de Esdras), que atravessando o oceano para além da ilha de Hierro, por uma distância de aproximadamente setecentas e cinquenta léguas, acabaria por descobrir a terra” (*Historia*, I, 139). Já percorridas setecentas léguas, ele proíbe a navegação durante a noite, temendo deixar escapar a terra, que ele *sabe* estar bem próxima. Esta convicção é bem anterior à viagem; Fernando e Isabel lembram-se disso numa carta que segue a descoberta: “O que vós nos anunciastes realizou-se como se vós o tivésseis visto antes de dizê-lo a nós” (carta de 16.8.1494). O próprio Colombo, *a posteriori*, atribui sua descoberta a este conhecimento *a priori*, que identifica à vontade divina e às profecias (de fato bastante invocadas por ele nesse sentido): “Já disse que para a execução do empreendimento das Índias, a razão, a matemática e o mapa-múndi não me foram de nenhuma utilidade. Tratava-se apenas da realização do que Isaías havia predito” (“Prefácio” ao *Livro das Profecias*, 1501). Do mesmo modo, Colombo descobre (na terceira viagem) o continente americano propriamente dito porque procura, de maneira bem ordenada, aquilo que chamamos de América do Sul, como revelam suas anotações no livro de Pierre D’Ailly: por razões de simetria, deve haver quatro continentes no globo: dois ao norte e dois ao sul; ou, vistos no sentido contrário, dois a leste e dois a oeste. A Europa e a África (“Etiópia”) formam o primeiro par norte-sul; a Ásia é o elemento norte do segundo; resta descobrir, não, achar onde está localizado, o quarto continente. Assim, a interpretação “finalista” não é obrigatoriamente menos eficaz do que a interpretação empirista: os outros navegadores não ousavam empreender a viagem de Colombo, porque não tinham a sua certeza.

Este tipo de interpretação, baseado na pré-ciência e na autoridade, nada tem de “moderno”. Porém, como vimos, esta atitude é compensada por outra, que nos é bem mais familiar; é a admiração intransitiva da Natureza, tão intensa que se libera de toda interpretação e de toda função: é uma apreciação da Natureza que já não tem nenhuma utilidade. Las Casas transcreve um trecho do diário de sua terceira viagem, que mostra Colombo preferindo a beleza à utilidade: “Ele diz que mesmo se não houvesse lucros a obter, pela beleza dessas terras, (. . .) não deveríamos estimá-las menos” (*Historia*, I, 131). E a enumeração das admirações de Colombo não teria fim. “Toda esta terra é de montanhas muito altas e muito belas,

nem áridas nem rochosas, mas muito acessíveis e com vales magníficos. Como as montanhas, os vales são repletos de árvores altas e frescas, que se tem grande satisfação em avistar” (“Diário”, 26.11.1492). “Aqui, os peixes são tão diferentes dos nossos, que é uma maravilha. Há alguns que são, como os galos, enfeitados das mais lindas cores do mundo: azuis, amarelos, vermelhos, e de todas as cores. Outros são matizados de mil maneiras e suas cores são tão belas que não há quem não fique maravilhado e extasiado em vê-los. Há também baleias” (16.10.1492). “Aqui e por toda a ilha, as árvores são verdes e as ervas também, como no mês de abril, na Andaluzia. O canto dos passarinhos é tal que pareceria que jamais o homem desejaria partir daqui. Os bandos de papagaios escondem o sol. Pássaros e passarinhos são de tantas espécies, e tão diferentes dos nossos, que é uma maravilha” (21.10.1492). Até o vento ali “sopra muito carinhosamente” (24.10.1492).

Para descrever sua admiração da natureza, Colombo não pode evitar os superlativos. O verde das árvores é tão intenso que deixa de ser verde. “As árvores eram ali tão viçosas que suas folhas deixavam de ser verdes e ficavam escuras de tanto verdejar” (16.12.1492). “Veio da terra um perfume, tão bom e tão suave, das flores ou das árvores, que era a coisa mais doce do mundo” (19.10.1492). “Ele diz ainda que aquela ilha é a mais bela que os olhos jamais viram” (28.10.1492). “Ele disse que nunca tinha visto coisa mais bela do que aquele vale no meio do qual corre o rio” (15.12.1492). “É certo que a beleza destas ilhas, com seus montes e suas serras, suas águas e seus vales regados por rios caudalosos, é um espetáculo tal que nenhuma outra terra sob o sol pode parecer melhor ou mais magnífica” (“Relatório para Antonio de Torres”, 30.1.1494).

Colombo tem consciência do que estes superlativos podem ter de inverossímil, e, conseqüentemente, de pouco convincente; mas resolve correr o risco, já que era impossível proceder de outro modo. “Ele foi ver o porto e afirmou que entre todos os que já tinha visto nenhum se igualava àquele. E pede desculpas, dizendo que tanto elogiou os outros que já não sabe como elogiar aquele, e que teme ser acusado de tudo magnificar em demasia. Mas justifica seus elogios. . .” (“Diário”, 21.12.1492). E jura que não está exagerando: “Ele diz tanto e tais coisas da fertilidade, da beleza e da altitude das ilhas encontradas nesse porto, que pede aos Reis que não se espantem com tantos elogios, pois lhes garante que não crê dizer destas coisas um centésimo” (14.11.1492). E deplora a pobreza de seu verbo: “Dizia aos homens que o acompanhavam que, para fazer para os Reis uma relação de tudo quanto viam, mil línguas não bastariam para expressá-lo

nem sua mão para escrevê-lo, e que lhe parecia estar encantado” (27.11.1492).

A conclusão desta admiração ininterrupta é lógica: o desejo de não deixar este ápice de beleza. “Disse que era um grande prazer ver todo aquele verdor, aquelas matas e pássaros que não podia decidir-se a deixar para retornar aos navios”, lemos no dia 28 de outubro de 1492, e ele conclui, alguns dias depois: “Foi coisa tão maravilhosa ver as árvores e o frescor, a água tão cristalina, os pássaros e a suavidade dos lugares que ele diz acreditar que não quer mais partir daqui” (27.11.1492). As árvores são as verdadeiras sereias de Colombo. Diante delas, ele esquece suas interpretações e sua busca de lucro, para reiterar, incansavelmente, o que não serve para nada, não conduz a nada, e que, portanto, só pode ser *repetido*: a beleza. “Ele parava por mais tempo do que teria desejado, pelo desejo que tinha de ver e o deleite que experimentava em olhar a beleza e o frescor das terras, onde quer que entrasse” (27.11.1492). Talvez encontre aí um motivo que animou todos os grandes viajantes, conscientemente ou não.

A observação atenta da natureza conduz a três direções diferentes: à interpretação puramente pragmática e eficaz, quando se trata de assuntos de navegação; à interpretação finalista, onde os sinais confirmam as crenças e esperanças que se tem; e, finalmente, a esta recusa de interpretação que é a admiração intransitiva da natureza, a submissão absoluta à beleza, onde gosta-se de uma árvore porque é bela, porque é, e não porque poderia ser utilizada como mastro de um navio, ou porque sua presença promete riquezas. Em relação aos sinais humanos, o comportamento de Colombo será, finalmente, mais simples.

De uns a outros, há solução de continuidade. Os sinais da natureza são indícios, associações estáveis entre duas entidades, e basta que uma esteja presente para que se possa imediatamente inferir a outra. Os sinais humanos, ou seja, as palavras da língua, não são simples associações, não unem diretamente um som a uma coisa, passam por intermédio do sentido, que é uma realidade intersubjetiva. Primeiro fato que chama a atenção: Colombo, em matéria de linguagem, parece notar só os nomes próprios, que, em certos aspectos, são os que mais se assemelham aos indícios naturais. Observemos, pois, esta atenção aos nomes próprios, e, para começar, a preocupação de Colombo em relação a seu próprio nome, a ponto de, como se sabe, modificar-lhe a ortografia várias vezes no decorrer de sua vida. Cedo aqui, mais uma vez, a palavra a Las Casas, grande admirador do Almirante e fonte única de inumeráveis informações a seu respeito, que revelará o sentido destas mudanças (*Historia*, I, 2): “Mas este homem ilus-

tre, renunciando ao nome estabelecido pelo costume, quis chamar-se Colón, recuperando o vocábulo antigo, menos por esta razão (ser o nome antigo) do que, devemos acreditar, movido pela vontade divina que o havia eleito para realizár o que seu nome e sobrenome significavam. A Providência divina quer, geralmente, que as pessoas por Ela designadas para servir recebam nomes e sobrenomes adequados à tarefa que lhes é confiada, como se viu em muitos lugares na Escritura Santa; e o Filósofo diz, no capítulo IV de sua *Metafísica*: “Os nomes devem convir às qualidades e usos das coisas.” Por isso ele era chamado Cristobal, isto é, *Christum Ferens*, que quer dizer portador do Cristo, e é assim que ele assinava freqüentemente; pois em verdade foi o primeiro a abrir as portas do mar Oceano, para fazer passar nosso Salvador Jesus Cristo, até essas terras longínquas e reinos até então desconhecidos. (. . .) Seu sobrenome foi Colón, o que quer dizer repovoador, nome que convém àquele cujo esforço fez descobrir essas gentes, essas almas em número infinito que, graças à pregação do Evangelho, (. . .) foram e irão todos os dias repovoar a cidade gloriosa do Céu. Também lhe convém na medida em que foi o primeiro a fazer vir gentes da Espanha (embora não as que deveria), para fundar colônias, ou populações novas que, estabelecendo-se junto aos habitantes naturais (. . .), deviam constituir uma nova (. . .) Igreja cristã e um Estado feliz.”

Colombo (4) e, depois dele, Las Casas, assim como muitos de seus contemporâneos, acreditam, portanto, que os nomes, ou, pelo menos, os de pessoas excepcionais, devem ser à imagem de seu ser. E Colombo tinha conservado nele mesmo dois traços dignos de figurar até em seu nome: o evangelizador e o colonizador; e tinha razão. A mesma atenção para com o nome, que beira o fetichismo, manifesta-se nos cuidados de que cerca sua assinatura; pois ele não assina, como qualquer um, seu nome, mas uma sigla particularmente elaborada — tão elaborada, aliás, que ainda não se pode penetrar seu segredo. E não se contenta em utilizá-la, impondo-a também a seus herdeiros. Lê-se na instituição de morgado: “Meu filho Don Diego e qualquer outra pessoa que herde este morgado, a partir do momento em que o herdar e dele tomar posse, assinará minha própria assinatura, tal como é por mim utilizada no momento, ou seja, um X com um S acima; um M com um A romano abaixo, com traços e vírgulas, tal qual traço-os agora, e que podem ser vistos em minhas assinaturas, que podem ser encontradas em grande número, e tal qual podem ser vistos pela presente” (22. 2:1498).

Até os pontos e vírgulas são estabelecidos de antemão! Esta atenção excessiva para com o próprio nome encontra um prolongamento natural

em sua atividade de nominador, durante as viagens. Como Adão no Éden, Colombo apaixona-se pela escolha dos nomes do mundo virgem que está vendo; e, assim como para ele mesmo, os nomes devem ser motivados. A motivação é estabelecida de várias maneiras. No início, há uma espécie de diagrama: a ordem cronológica dos batismos corresponde à ordem de importância dos objetos associados aos nomes. A seqüência será: Deus, a Virgem Maria, o rei de Espanha, a rainha, a herdeira real. “À primeira que encontrei (trata-se de ilhas), dei o nome de San Salvador, em homenagem a Sua Alta Majestade, que maravilhosamente deu-me tudo isto. Os índios chamam esta ilha de Guanaani. À segunda ilha dei o nome de Santa Maria de Concepción, à terceira, Fernandina, à quarta, Isabela, à quinta, Juana, e assim a cada uma delas dei um novo nome” (“Carta a Santangel”, fevereiro-março de 1493).

Colombo sabe perfeitamente que as ilhas já têm nome, de uma certa forma, nomes naturais (mas em outra acepção do termo); as palavras dos outros, entretanto, não lhe interessam muito, e ele quer rebatizar os lugares em função do lugar que ocupam em sua descoberta, dar-lhes nomes *justos*; a nomeação, além disso, equivale a tomar posse. Mais tarde, os registros religioso e real já quase esgotados, recorre a uma motivação mais tradicional, por semelhança direta, que ele justifica em seguida. “Dei a esse cabo o nome de Cabo Belo, porque é realmente belo” (19.10.1492). “Chamou-as de ilhas de Areia, pelo pouco fundo que tinham por seis léguas em sua parte sul” (27.10.1492). “Viu um cabo coberto de palmeiras, e nomeou-o Cabo das Palmeiras” (30.10.1492). “Há um cabo que avança muito no mar, às vezes alto e às vezes baixo, e por isso ele nomeou-o Cabo Alto-e-Baixo” (19.12.1492). “Encontramos partículas de ouro nos aros dos barris (. . .). O Almirante deu ao rio o nome de Rio do Ouro” (8.1.1493). “Quando avistou a terra, foi um cabo que nomeou do Pai e do Filho, porque sua extremidade leste é dividida em duas pontas rochosas, uma maior do que a outra” (12.1.1493, I, 195). “Chamei o local de Os Jardins, porque era o nome que convinha. . .” (“Carta aos Reis”, 31.8.1498).

As coisas devem ter os nomes que lhes convém. Há dias em que esta obrigação deixa Colombo num estado de verdadeiro furor nominativo. Assim, a 11 de janeiro de 1493: “Navegou quatro léguas em direção ao leste, até um cabo que chamou de Gurupês. De lá, a sudeste eleva-se o monte que ele chamou de Monte da Prata, que diz estar a oito léguas. Dezoito léguas a leste, quarta sudeste do Cabo Gurupês encontra-se o cabo que ele chamou do Anjo. (. . .) Quatro léguas a leste, quarta sudeste do Cabo do Anjo, há uma ponta que o Almirante chamou de Ponta do Ferro.

Quatro léguas adiante, na mesma direção, uma outra ponta que nomeou Ponta Seca, e ainda seis léguas além, o cabo que chamou de Cabo Redondo. Mais além, a leste, está o Cabo Francês. . .”. Ele parece ter tanto prazer nisso que há dias em que dá dois nomes sucessivos ao mesmo lugar (por exemplo, no dia 6 de dezembro de 1492, um porto que de madrugada tinha sido nomeado Maria fica sendo São Nicolau no fim da tarde). Por outro lado, se alguém quiser imitá-lo em sua ação de nomeador, ele anula a decisão para impor o nome que ele quer: durante sua fuga, Pinzón tinha nomeado um rio com seu próprio nome (coisa que o Almirante nunca faz), mas Colombo apressa-se em rebatizá-lo “Rio de Graça”. Nem os índios escapam da torrente de nomes: os primeiros homens levados à Espanha são rebatizados Don Juan de Castilla e Don Fernando de Aragon. . .

O primeiro gesto de Colombo em contato com as terras recentemente descobertas (conseqüentemente, o primeiro contato entre a Europa e o que será a América) é uma espécie de ato de nomeação de grande alcance: é uma declaração segundo a qual as terras passam a fazer parte do reino da Espanha. Colombo desce à terra numa barca decorada com o estandarte real, acompanhado por dois de seus capitães, e pelo escrivão real, munido de seu tinteiro. Sob os olhares dos índios, provavelmente perplexos, e sem se preocupar com eles, Colombo faz redigir um ato. “Ele lhes pediu que dessem fé e testemunho de que ele, diante de todos, tomava posse da dita ilha – como de fato tomou – em nome do Rei e da Rainha, seus Senhores. . .” (11.10.1492). Que este tenha sido o primeiro ato de Colombo na América nos diz bastante da importância que tinham para ele as cerimônias de nomeação.

Como dissemos, os nomes próprios constituem um setor muito particular do vocabulário: desprovidos de sentido, servem somente para denotar, mas não servem, diretamente, para a comunicação humana; dirigem-se à natureza (o referente), não aos homens; são, à semelhança dos índices, associações diretas entre seqüências sonoras e segmentos do mundo. A parte da comunicação humana que prende a atenção de Colombo é, pois, precisamente o setor da linguagem que serve unicamente, pelo menos num primeiro momento, para designar a natureza.

Quando Colombo se volta para o resto do vocabulário, ao contrário, mostra muito pouco interesse e revela ainda mais sua concepção ingênua da linguagem, já que sempre vê os nomes confundidos às coisas: toda a dimensão de intersubjetividade, do *valor* recíproco das palavras (por oposição à sua capacidade denotativa), do caráter humano, e portanto arbitrário, dos signos, lhe escapa. Aqui está um episódio significativo, uma espécie de

paródia do trabalho etnográfico: tendo aprendido o vocábulo indígena “cacique”, preocupa-se menos em saber o que significa na hierarquia, convencional e relativa, dos índios, do que em ver a que palavra espanhola corresponde exatamente, como se fosse óbvio que os índios estabelecem as mesmas distinções que os espanhóis; como se o uso espanhol não fosse uma convenção entre tantas, e sim o estado natural das coisas: “Até então, o Almirante não pudera compreender se esta palavra (cacique) significava rei ou governador. Eles tinham também uma outra palavra para os grandes, que chamavam *nitayno* mas ele não sabia se designava um fidalgo, um governador ou um juiz” (“Diário”, 23.12.1492). Colombo não duvida nem por um segundo que os índios, como os espanhóis, distinguem entre fidalgo, governador, e juiz; sua curiosidade limita-se ao exato equivalente indígena destes termos. Para ele, todo o vocabulário é semelhante aos nomes próprios, e estes decorrem das propriedades dos objetos que designam: o colonizador deve chamar-se Colón. As palavras são – e não são nada mais que isso – a imagem das coisas.

Não será nada surpreendente notar a pouca atenção que Colombo dá às línguas estrangeiras. Sua reação espontânea, nem sempre explícita, mas subjacente a seu comportamento, é que, no fundo, a diversidade lingüística não existe, já que a língua é natural. O que se torna ainda mais surpreendente na medida em que o próprio Colombo é poliglota, e ao mesmo tempo desprovido de língua materna: pratica tão bem (ou tão mal) o genovês, quanto o latim, o português e o espanhol; mas as certezas ideológicas sempre souberam superar as contingências individuais. Até sua convicção da proximidade da Ásia, que lhe dá a coragem de partir, baseia-se num mal-entendido lingüístico caracterizado. É opinião comum em sua época que a Terra é redonda; mas acredita-se, com razão, que a distância entre a Europa e a Ásia pela via ocidental é muito grande, talvez até demais. Colombo aceita a autoridade do astrônomo árabe Alfragamus, que indica com bastante correção a circunferência da Terra, mas exprime-a em milhas árabes, de um terço superiores às milhas italianas, a que Colombo está acostumado. Este não pode conceber que as medidas sejam convenções, que o mesmo termo tenha significados diferentes segundo as diferentes tradições (ou línguas, ou contextos); traduz então em milhas italianas, e a distância não parece estar além de suas forças. E, apesar da Ásia não estar onde ele pensa que está, tem como consolo a descoberta da América. . .

Colombo não reconhece a diversidade das línguas, e, por isso, quando se vê diante de uma língua estrangeira, só há dois comportamentos possíveis, e complementares: reconhecer que é uma língua, e recusar-se a

aceitar que seja diferente, ou então reconhecer a diferença e recusar-se a admitir que seja uma língua. . . Os índios que encontra logo no início, a 12 de outubro de 1492, provocam uma reação do segundo tipo; ao vê-los, promete: “Se Deus assim o quiser, no momento da partida levarei seis deles a Vossas Altezas, para que aprendam a falar” (estes termos chocaram tanto os vários tradutores franceses de Colombo que todos corrigiram: “para que aprendam nossa língua”). Mais tarde, consegue admitir que eles têm uma língua, mas não chega a conceber a diferença, e continua a escutar palavras familiares em sua língua, e fala com eles como se devessem compreendê-lo, e censura-os pela má pronúncia de palavras ou nomes que pensa reconhecer. Com esta deformação de audição, Colombo mantém diálogos engraçados e imaginários, dos quais o mais longo refere-se ao Grande Can, meta de sua viagem. Os índios dizem a palavra *Cariba*, designando os habitantes (antropófagos) do Caribe. Colombo entende *caniba*, ou seja, gente do Can. Mas entende também que, segundo os índios, estas personagens têm cabeça de cão (do espanhol *can*), com as quais, justamente, comem-nos. E acha que os índios estão inventando histórias, censurando-os então por isso: “O Almirante achava que estavam mentindo, e acreditava que aqueles que os capturavam eram da senhoria do Grande Can” (26.11.1492).

Quando Colombo reconhece, enfim, a diferença de uma língua, gostaria que, pelo menos, fosse a de todas as outras; há, em suma, as línguas latinas de um lado, e as línguas estrangeiras do outro. As semelhanças são grandes no interior de cada grupo, a julgar pela facilidade do próprio Colombo para as primeiras, e a do especialista em línguas que traz com ele para as outras. Quando ouve falar de um grande cacique no interior das terras, que imagina ser o Can, envia, como emissário, “um certo Luis de Torres que tinha vivido com o governador de Múrcia e tinha sido judeu e sabia, dizem, o hebraico, o caldeu e um pouco de árabe” (2.11.1492). É possível que nos perguntemos em que língua teriam sido feitas as negociações entre o enviado de Colombo e o cacique índio, aliás imperador da China; mas este último não compareceu ao encontro.

○ resultado desta falta de atenção para com a língua do outro é fácil de prever: de fato, em todo o decorrer da primeira viagem, antes dos índios levados à Espanha terem aprendido a “falar”, é a total incompreensão; ou, como diz Las Casas, na margem do diário de Colombo: “Estavam todos no escuro, pois não compreendiam o que os índios diziam” (30.10.1492). Isto não chega a ser chocante, nem surpreendente; ao contrário, o que choca e surpreende é o fato de Colombo agir o tempo todo como se entendesse o que lhe dizem, dando, simultaneamente, provas de sua incompreensão. A

24 de outubro de 1492, por exemplo, escreve: “Pelo que ouvi dos índios, (a ilha de Cuba) é bastante extensa, de grande comércio, e que havia nela ouro e especiarias e grandes naus e mercadores.” Mas, duas linhas abaixo, no mesmo dia, escreve: “não compreendo a linguagem deles”. Portanto, o que ele “entende” e “escuta”, é simplesmente um resumo dos livros de Marco Polo e Pierre d’Ailly. “Ele entendeu que vinham até ali navios de grande tonelagem, pertencentes ao Grande Can, e que a terra firme estava a dez dias de navegação” (28.10.1492). “Repito, pois, o que disse repetidas vezes: Caniba não é nada senão o povo do Grande Can, que deve ser vizinho deste.” E continua com este comentário saboroso: “A cada dia que passa, diz o Almirante, compreendemos melhor estes índios, e com eles acontece o mesmo, embora várias vezes tenham tomado uma coisa por outra” (11.12.1492). Dispomos de outro relato que ilustra a maneira pela qual seus homens faziam-se compreender pelos índios: “Os Cristãos, achando que se saíssem de suas chalupas em grupos de dois ou três no máximo, os índios não teriam medo, avançaram em direção a eles de três em três, dizendo que não os temessem em sua língua, que conheciam um pouco pela conversa daqueles que traziam. No fim, todos os índios se puseram a fugir, de modo que não restou nem grande nem pequeno” (27.11.1492).

Colombo nem sempre é enganado por suas ilusões, e admite que não há comunicação (o que torna ainda mais problemáticas as “informações” que pensa obter em suas conversas): “Não conheço a língua das gentes daqui, eles não me compreendem e nem eu nem nenhum de meus homens os entendemos” (27.11.1492). E diz ainda que só compreendia a língua dos indígenas “por conjecturas” (15.1.1493); sabemos, no entanto, o quanto esse método é pouco seguro. . .

A comunicação não verbal não é nada melhor que a troca de palavras. Colombo prepara-se para desembarcar com seus homens. “Um dos índios (que estão diante dele) veio, pelo rio, até a popa da barca e iniciou um longo discurso, que o Almirante não compreendeu (o que em nada surpreende). Mas notou que os outros índios, de tempos em tempos, levantavam as mãos ao céu e davam um grito. O Almirante achava que eles lhe diziam que sua vinda lhes agradava (exemplo típico de *wishful thinking*), mas viu que o índio que trazia consigo (este sim, compreende a língua) mudava de cor, ficando amarelo como a cera, e tremia muito, dizendo por sinais que era preciso que o Almirante sáisse do rio, porque queriam matá-los” (3.12.1492). Resta saber se Colombo entendeu bem o que o segundo índio lhe dizia “por sinais”. Eis um exemplo de emissão simbólica mais ou menos tão bem-sucedida quanto a primeira: “Eu desejava muito falar com

eles, e já não tinha nada que lhes pudesse ser mostrado para que viessem, exceto um tamborim que mandei trazer ao castelo de popa, para ser tocado e fazer dançar alguns jovens, pensando que eles viriam ver a festa. Mas assim que viram o tamborim ser tocado e a dança, todos abandonaram os remos, tomaram seus arcos, estenderam-nos, cada um cobrindo-se com o escudo, e começaram a atirar flechas sobre nós” (“Carta aos Reis”, 31.8. 1498).

Estes fracassos não se devem unicamente à ignorância da língua e costumes dos índios (embora Colombo pudesse ter tentado vencê-la): os intercâmbios com os europeus também não são bem-sucedidos. Assim, voltando da primeira viagem, nos Açores, Colombo comete um erro após outro em sua comunicação com um capitão português que lhe era hostil. Crédulo demais no início, vê seus homens detidos, quando esperava a melhor das recepções; dissimulador grosseiro em seguida, não consegue atrair o capitão a seu navio, para prendê-lo. Sua percepção dos homens à sua volta não é muito clarividente: aqueles em quem deposita toda confiança (como Roldán, ou Hojeda), voltam-se em seguida contra ele, ao passo que ele negligencia pessoas que lhe são realmente dedicadas, como Diego Mendez.

Colombo não é bem-sucedido na comunicação humana porque não está interessado nela. Lê-se em seu diário, a 6 de dezembro de 1492, que os índios que havia trazido a bordo de seu barco tentam escapar e inquietam-se ao ver-se longe de sua ilha. “Aliás ele os compreendia tão mal quanto eles a ele, e tinham o maior temor do mundo das gentes desta ilha. Assim, para conseguir falar com os habitantes desta ilha, teria sido necessário permanecer alguns dias neste porto. Mas ele não o fazia, para ver mais terras e duvidando que o bom tempo durasse.” Tudo está aí, no encadeamento de algumas frases: a pouca percepção que Colombo tem dos índios, mistura de autoritarismo e condescendência; a incompreensão de sua língua e de seus sinais; a facilidade com que aliena a vontade do outro visando um melhor conhecimento das ilhas descobertas; a preferência pela terra, e não pelos homens. Na hermenêutica de Colombo, estes não têm lugar reservado.

Colombo e os índios

Colombo fala dos homens que vê unicamente porque estes, afinal, também fazem parte da paisagem. Suas menções aos habitantes das ilhas aparecem sempre no meio de anotações sobre a Natureza, em algum lugar entre os pássaros e as árvores. “No interior das terras, há muitas minas de metais e inúmeros habitantes” (“Carta a Santangel”, fevereiro-março de 1493). “Até então, ia cada vez melhor, naquilo que tinha descoberto, pelas terras como pelas florestas, plantas, frutos, flores e gentes” (“Diário”, 25.11.1492). “As raízes ali eram tão grossas quanto as pernas, e todos, diz, eram fortes e valentes” (16.12.1492): vemos claramente como são introduzidas as pessoas, em função de uma comparação necessária à descrição das raízes. “Notaram que as mulheres casadas usavam panos de algodão, mas não as meninas, algumas já com dezoito anos. Havia ainda cães mastins e perdigueiros. Encontraram também um homem que tinha no nariz uma pepita de ouro do tamanho de um meio castelhano. . .” (17.10.1492): esta referência aos cães entre observações sobre as mulheres e os homens indica bem o registro em que estavam inseridos.

A primeira referência aos índios é significativa: “Então viram gentes nuas. . .” (11.10.1492). É bastante revelador que a primeira característica desta gente que chama a atenção de Colombo seja a falta de vestimentas